

O intérprete Benedito Nunes

Profa. Dra. Jucimara Tarricone¹

Resumo:

Benedito Nunes é sempre lembrado como o crítico que trouxe à Literatura uma visão filosófica. Ou antes, um pensador que tem se dedicado aos estudos literários. A Filosofia e a Literatura, nos seus escritos, aparecem como linguagens intercambiantes, como domínios que se entrelaçam, mas que não se reduzem. O poético desponta na Filosofia, assim como esta se manifesta na poesia. Há, dessa forma, a intercomunicação, mas cada qual conserva sua identidade, sua característica. É dessa rede de associações, desse diálogo, que a originalidade de sua produção se sobressai. São ensaios construídos por uma linguagem acurada, por uma interpretação cujo método nasce do próprio texto-objeto, legitimado por um procedimento hermenêutico que se equilibra entre o conceitual e a criação de imagens espelhadas pela própria obra estudada. O que se pretende discutir é como Nunes realiza a sua leitura hermenêutica, quais os princípios e os limites desse intento e como se constrói a sua expressão crítica.

Palavras-chave: Benedito Nunes, Hermenêutica, Filosofia, Literatura, Teoria e Crítica Literária.

Introdução

A proposta deste texto é a de apenas esboçar algumas considerações sobre o processo hermenêutico da crítica de Benedito Nunes. Tal crítica é entendida como uma leitura perpassada por um discurso em confrontação filosófica e literária; linguagens que se intercomunicam e se enobrecem mutuamente: ingressa o poético na filosofia e ingressa o filosófico na poesia, mas sem se igualarem, sem perderem seus traços intrínsecos.

Para Nunes (2002, p.205), refletir filosoficamente é assentar o foco da interpretação em um interesse interdisciplinar, uma vez que a filosofia se compreende como um discurso sobre outros discursos, para os quais também colabora com as suas considerações. A abordagem filosófica de uma obra literária, entendida como forma, pode ser investigada, assim, sob três ângulos: a) a linguagem; b) as vinculações da obra com as linhas do pensamento histórico-filosófico; e c) “a instância de questionamento que a forma representa em função de idéias problemáticas, isto é, de idéias que são problemas *do e para* o pensamento”.

Ao afirmar que Benedito Nunes se inscreve como intérprete hermenêutico, cumpre esclarecer quais as implicações desta atitude nas suas análises. Ou melhor: como se realiza a sua leitura hermenêutica?

1. O procedimento hermenêutico

O texto de Nunes – “O trabalho da interpretação e a figura do intérprete na literatura” (1986) – permite-me apresentar sucintamente algumas de suas reflexões sobre a atividade do crítico.

Com o objetivo de comentar a exposição de Alfredo Bosi, denominada “A interpretação da obra literária” (1986), ocorrida na 2ª Bienal Nestlé de Literatura², Nunes parte de uma questão primeira e essencial: por que interpretar? Esta pergunta, no entanto, nos diz ele, transporta-nos para

¹ Doutora em Letras na área de Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (USP).

² Cf. PROENÇA FILHO, Domício (org.). *Literatura brasileira: ensaios – Criação, Interpretação e Leitura do Texto Literário*. Vol. II. 2ª Bienal Nestlé de Literatura Brasileira. São Paulo: Norte, 1986.

um problema maior: a relação opaca entre significação e linguagem; isto é, o contato indireto e arbitrário que, como sabemos, ocorre entre palavra e coisa.

A interpretação surge, assim, como resposta imprescindível “à contingência do caráter simbólico da linguagem”. (NUNES, 1986, p.74) Coextensiva a este preceito, a Hermenêutica, como exegese textual, move-se na busca de aclarar o possível sentido atado à escrita, já que, para dizer conforme Foucault (1975, p.5), “a linguagem não diz exatamente o que diz”.

De acordo com Benedito Nunes, para que haja uma boa análise literária é preciso que o intérprete se movimente dentro do círculo hermenêutico, com base em uma leitura prospectiva que o faça apreender retrospectivamente o processo formativo da obra.

Neste sentido, descreve a problemática que se desenha ao adotar este ângulo de análise: 1. o confronto do intérprete com o texto, desdobrado em três questões: técnica, histórica e estética e 2. a completude dessa prática, isto é, a verificação da correspondência significativa interna da obra à característica histórica da qual deriva e na qual se reintroduz como produto cultural.

A questão técnica refere-se ao procedimento hermenêutico da interpretação, o deslocamento da parte para o todo e do todo para a parte. Para que isto se efetue, no entanto, é preciso que o crítico já tenha uma pré-compreensão do texto. À medida que a interpretação se torna mais profunda, a concepção prévia, advinda da primeira leitura, altera-se. Isto porque, a “tendência da interpretação é aliviar as projeções do próprio intérprete para que ele se conforme àquilo que Gadamer chama de a ‘coisa’ do texto – a ‘coisa’ que o texto pode dizer, em diferentes situações, para diferentes leitores-intérpretes”. (NUNES, 1986, p.96)

É no diálogo estabelecido entre o hermeneuta e o texto, no intercurso dialético tal qual a lógica da pergunta e da resposta gadameriana³, que o trabalho interpretativo delineia sua forma: o intérprete questiona o texto, mas é por ele também questionado.

Como expôs Foucault, em “Nietzsche, Freud e Marx” (1975, p.18), na hermenêutica moderna, fundada por estes autores⁴, o ato interpretativo, ao envolver o próprio intérprete, tende a alongar-se ilimitadamente à ausência de um fundamento último. Em razão disto, o intérprete, ao realizar esse ato, ao mesmo tempo em que interpreta o texto, se interpreta.

Na poesia de João Cabral de Melo Neto, por exemplo, Nunes nos lembra que as palavras “pedra”, “secura”, “deserto”, temáticas integrantes da poética cabralina, oferecem uma probabilidade de primeira leitura, já que o trabalho interpretativo tenta rastrear esses temas a fim de ajustar, em um embate dialógico, as imagens, as analogias, os enunciados lógicos à perspectiva do lirismo de Cabral. Contudo, a interrogação do texto só acontece se houver um vínculo deste com o hermeneuta capaz de determinar a interpelação. No poeta pernambucano, em particular, e em outros autores do modernismo, em geral, o crítico Nunes aponta esse liame em razão da nova construção do fazer literário impresso por eles, o que exigiu uma posição também inovadora da crítica.

A prática de uma compreensão antecipada supõe observar que, apesar da distância temporal, o sentido preliminar de um texto encontra-se presente nele próprio, como veículo transmissor da tradição, como fonte de elemento comum do discurso e do experimento lingüístico da representação da fala fixada na escrita, o que desencadeia uma leitura comparativa à situação atual.

A essa questão histórica do exercício interpretativo, o professor paraense exemplifica-a ao comentar a tragédia *Édipo Rei*, de Sófocles: “o sentido do texto é sempre o mesmo, pois que a ele retorno pela leitura, e sempre diferente, pois que se descobre ao encontro de minha situação, nos

³ Cf. GADAMER, Hans-G. *Verdade e Método*. 4ª ed. Trad. Flávio Paulo Meurer. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p.544-556.

⁴ Benedito Nunes, em *Crivo de papel* (1998, p.88), ao comentar este texto de Foucault, acrescenta o filósofo Heidegger ao lado de Nietzsche, Freud e Marx, já que em *Ser e Tempo* (1927) a questão da interpretação aparece como o problema maior do pensamento.

limites da perspectiva cultural e histórica que ela me impõe, e que me possibilita compreendê-lo”. (NUNES, 1986, p.78)

Neste contexto, a compreensão é produtiva, porquanto imponho à dialética da pergunta e da resposta, em favor de minha própria historicidade, a interpretação como meio de descobrir o sentido do texto. Todavia, a ligação da obra ao hermeneuta não se abre apenas mediante a consciência histórica. Para uma abertura do caminho hermenêutico é necessário ressaltar a questão estética, correspondente à questão histórica, mas sem um grau de primazia de uma em relação à outra. A função estética, de cunho perceptual ou sensível, mobiliza os planos imaginativos e conceituais, que garantem o ingresso e o transporte do sentido nas obras literárias.

A experiência estética, segundo Jauss (2001, p.46), não nasce da compreensão e interpretação do significado de uma obra ou pela reorganização do objetivo de seu autor. A experiência primeira de uma obra de arte efetua-se na reciprocidade com seu efeito estético: o fruir desinteressado suscita um novo interesse, que reprojeta a imaginação e movimenta a compreensão dos textos. Tal resultado possibilita ao receptor/intérprete observar a significação do mundo e da realidade circumsrita pela interpretação.

Neste aspecto, a relevância estética é a “relevância da forma como forma simbólica e o assinalamento do modo de existência da obra literária como discurso ficcional. A prática interpretativa não pode desaparecer-se do caráter ficto daquilo que compreende”. (NUNES, 1986, p.79)

Essa prática, envolta em uma completude cognoscitiva, anteriormente referida, aponta para a incongruência que parece existir entre o objeto ficcional do discurso literário e a suposta ligação com o real de suas enunciações.

No debate a esta questão, Benedito Nunes acompanha as reflexões desenvolvidas por Ricoeur em “A função Hermenêutica do Distanciamento”, constante de *Interpretação e Ideologias*. (1990, p.43-59)

Aliás, embora Nunes reconheça ter com Heidegger maior afinidade⁵, é com o filósofo francês que o arcabouço do crítico literário se faz mais próximo.

No ensaio referido acima, Ricoeur propõe encontrar uma solução para a antinomia defendida por Gadamer entre distanciamento alienante e experiência de pertença, discutidas nas três esferas da experiência hermenêutica, em *Verdade e Método* (1960): estética, histórica e da linguagem.

Por distanciamento alienante entende-se a postura com base na qual é plausível a objetivação que impera nas ciências do espírito ou ciências humanas. Tal distanciamento, no entanto, ao se determinar o estatuto científico das ciências é, ao mesmo tempo, a destruição da relação essencial que nos faz pertencer e participar da realidade histórica da qual pretendemos construir em objeto. Neste sentido, ocorre a escolha subjacente ao título gadameriano, *Verdade e Método*: ou “praticamos a atitude metodológica, mas perdemos a densidade ontológica da realidade estudada, ou então praticamos a atitude de verdade, e somos forçados a renunciar à objetividade das ciências humanas”. (RICOEUR, 1990, p.43)

Ricoeur recusa esta alternativa e propõe ultrapassá-la ao introduzir a idéia de texto; para ele, uma noção positiva e produtora do distanciamento. O texto se define, dessa forma, como um paradigma do distanciamento na comunicação e revelador da própria historicidade da experiência humana, isto é, uma comunicação na e pela distância.

Sob este enfoque, cinco critérios, conjuntamente, constituem a textualidade: a efetuação da linguagem como discurso; a efetuação do discurso como obra estruturada; a relação da fala com a escrita no discurso e nas obras de discurso; a obra de discurso como projeção de um mundo; e o discurso e a obra de discurso como mediação da compreensão de si. (Cf. RICOEUR, 1990, p.44)

⁵ Cf. “Meu caminho na crítica” (2005, p.300), por exemplo.

Benedito Nunes compartilha dessas mesmas características formadoras dos pressupostos da hermenêutica ricoeuriana. Por conseguinte, ao comentá-las, põem-se em relevo os traços formadores do ato interpretativo do professor paraense.

2. A respeito da hermenêutica de Ricoeur

O projeto de Ricoeur tem, pois, a intenção de propor uma nova configuração à problemática hermenêutica, entendida como a “teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos. A idéia diretriz será, assim, a da efetuação do discurso como texto”. (RICOEUR, 1990, p.17)

A sua noção de texto, por exemplo, esclarece a aporia hermenêutica da divisão diltheydiana entre explicar e compreender, porquanto postula uma complementaridade dessas duas posições, uma articulação dialética. Esta vinculação entre explicar e compreender aponta como Ricoeur ultrapassou a oposição entre verdade e ciência ou método da hermenêutica de Gadamer e efetua a mediação mútua entre filosofia e ciências sem prejudicar a autonomia dos campos respectivos.

Por compreensão, Ricoeur (1989, p.44) entende “a capacidade de retomar em si mesmo o trabalho de estruturação do texto e por explicação a operação de segundo grau enxertada nesta compreensão”.

Neste sentido, define a interpretação por esta mesma dialética da compreensão e da explicação no patamar do “sentido” imanente ao texto. Ao deslocar o eixo da interpretação da subjetividade para o mundo, subordina a intenção do autor ao referente do texto.

A hermenêutica, assim, edifica-se na tarefa de reconstruir o sentido, que pertence à estruturação da obra, e restituir a referência, cuja caracterização permite a esta lançar-se fora de si mesma para gerar um mundo:

O sentido de um texto não está por detrás do texto, mas à sua frente. Não é algo de oculto, mas algo de descoberto. O que importa compreender não é a situação inicial do discurso, mas o que aponta para um mundo possível, graças à referência não ostensiva do texto. A compreensão tem menos do que nunca a ver com o autor e a sua situação. Procura apreender as posições de mundo descortinadas pela referência do texto. Compreender um texto é seguir o seu movimento do sentido para a referência: do que ele diz para aquilo de que fala. (RICOEUR, 2000, p.99)

Texto, ou linguagem como discurso, apresenta uma independência que modifica e intensifica a natureza intersubjetiva do diálogo: a escrita absorve a significação dos atos de linguagem, o dito ou “noema” do dizer. A intenção do autor só pode ser esclarecida por meio da interpretação, mas um texto possui a sua própria autonomia em relação a ele. Com a compreensão de um texto projeta-se um mundo, ou novos aspectos do nosso ser-no-mundo. A subjetividade do leitor é igualmente operação de leitura: “compreender-se é compreender-se *em face do texto* e receber dele as condições de um si diferente do eu que brota do texto”. (RICOEUR, 1989, p.42 - grifo do autor)

A questão principal, dessa forma, não é perceber, sob o texto, a intenção subjetiva do seu autor, mas assinalar, diante dele, o mundo que ele descortina: “o que deve interpretar-se num texto é uma proposta de mundo, o projeto de um mundo que eu poderia habitar e em que poderia projetar os meus possíveis mais próprios”. (RICOEUR, 1989, p.62)

O texto literário, ao deixar pendente a referência de primeiro grau, característica do discurso corriqueiro, emancipa uma referência de segundo grau, em que o mundo é manifestado como um panorama de nossa vida e do nosso projeto. Esta nova referência, para além da vida cotidiana, alcança o seu pleno desenvolvimento apenas nas obras de ficção e de poesia e constitui, segundo o filósofo francês, o problema hermenêutico fundamental.

A reflexão teórica de Ricoeur parte, é importante assinalar, de uma revisão da hermenêutica romântica de Schleiermacher e Dilthey, da renúncia da subjetividade e do idealismo da fenomenologia de Husserl, ao aprofundamento de uma hermenêutica fenomenológica, a exemplo do que Heidegger, em *Ser e Tempo* (1927), e Gadamer, em *Verdade e Método* (1960), já haviam realizado.

Na concepção de Ricoeur, o mundo do texto não é, portanto, o da linguagem corriqueira; ele promove uma distanciação do real consigo mesmo. Neste sentido, é por meio da distanciação que a ficção gera uma nova apreensão da realidade: pela ficção, pela poesia, ampliam-se inovadoras possibilidades de ser-no-mundo; ficção e poesia miram o ser, já não sob a feição do ser-dado, mas sob a feição do poder-ser.

Ao pontuar a colaboração de Ricoeur a uma teoria filosófica da interpretação, é necessário lembrar que as suas investigações sobre a teoria do texto ligada à da ação geram novas contribuições ao campo do pensamento histórico e social-político. Sua preocupação passa, igualmente, pela abordagem da reciprocidade entre narratividade e temporalidade. A característica temporal da experiência, como referente comum da história e da ficção, constitui-se, para ele, em um problema único, que envolve a ficção, a história e o tempo.

Na sua análise hermenêutica sobre a linguagem, o papel desempenhado pela metáfora também ganha uma nova releitura: já não interessa mais a forma da metáfora (como foi para a retórica), nem tampouco o seu sentido (como para a semântica), mas a sua referência. A metáfora incide, desta forma, no domínio de redescrever a realidade, “o que acarreta a necessidade de uma tomada de consciência quanto à pluralidade dos modos de discurso e quanto à especificidade do discurso filosófico”. (JAPIASSU In: RICOEUR, 1990, p.9)

Ricoeur afirma ainda que a escrita não se constitui como a problemática única do texto; logo, não há como aproximar texto e escrita. É a dialética da fala e da escrita que promove um problema hermenêutico; dialética esta, construída sobre a de distanciamento anterior à oposição da escrita à fala, pertencente ao discurso oral. Desta forma, é no próprio discurso que se encontra a raiz de todas as dialéticas ulteriores. Entre a realização da linguagem como discurso e a dialética da fala e da escrita, há a efetuação do discurso como obra estruturada.

A objetivação da linguagem, nas obras de discurso, institui o requisito mais imediato da inscrição do discurso na escrita. A literatura é composta de obras escritas, conseqüentemente, de obras. Assim, o trinômio discurso-obra-escrita e o projeto de um mundo, o mundo da obra, fundamentam o cerne hermenêutico para o pensador francês.

Na sua teoria do texto, o discurso é definido como evento. Nesta assertiva, Ricoeur dialoga com o lingüista francês Émile Benveniste⁶, para quem a lingüística do discurso e a da língua se erigem sobre unidades diferentes. No caso desta, o “signo” (de acepção fonológica e lexical) é o seu apoio; naquela, a frase é o esteio do discurso e comporta a dialética do evento e do sentido (ou significação).

O evento se realiza temporalmente e no presente; é, portanto, diferente da língua, que é virtual e fora do tempo. Com Benveniste, Ricoeur cita a “instância do discurso” para assinalar o irromper do próprio discurso como evento. Como o traço principal da frase é o predicado e não o sujeito, o discurso reporta-se a seu locutor, por meio de indicadores, como os pronomes pessoais. Neste caso, a “instância do discurso” é auto-referencial e o evento liga-se à pessoa daquele que fala; isto é, o evento versa no fato de alguém falar, exprimir-se ao pedir a palavra.

Como discurso é sempre discurso sobre algo e alude ao mundo que deseja representar, o evento, neste sentido, é o aparecer da linguagem de um mundo por intermédio do discurso. Se é no discurso que há trocas de mensagens, então o discurso possui, além do mundo, o outro, um interlo-

⁶ Cf. BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1976.

cutor ao qual se endereça. O evento, assim, é o fenômeno temporal desse intercâmbio, a instauração do diálogo, que pode prorrogar-se ou cessar-se.

Essas características do discurso como evento, em conjunto, só despontam no percurso de efetuação da língua em discurso, na atualização de nossa competência lingüística em *performance*.

No entanto, se todo discurso se efetua como um evento, todo o discurso é compreendido como significação. Tal significação refere-se ao conteúdo proposicional. A articulação do evento com o sentido constitui a base do problema hermenêutico. A língua, ao incidir sobre o discurso, ultrapassa-se como sistema e executa-se como evento. Da mesma maneira, ao entrar no processo da compreensão, o discurso se ultrapassa, como evento, na significação: “essa ultrapassagem do evento na significação é típica do discurso enquanto tal. Revela a intencionalidade mesma da linguagem, a relação, nela, do noema com a noese”. (RICOEUR, 1990, p.47) Se a linguagem é uma ação significante, é exatamente em virtude dessa ultrapassagem do evento na significação.

Após a teoria dos atos da fala⁷, o noema do dizer não se pode desprender do seu momento ilocutório e perlocutório, já que estes dois aspectos intensificam a dimensão de ato do discurso oral e conservam-se unidos no conceito de significação.

Ricoeur assevera, no entanto, que, sem um exame específico da escrita, uma teoria do discurso não é uma teoria do texto. Um texto escrito é uma maneira de discurso, um discurso sob o modo de inscrição. Logo, as características de um discurso são também as do texto.

A concepção de evento lingüístico se localiza, antes, em uma série de polaridades dialéticas reunidas no duplo princípio de evento e significação e de sentido e referência. Tais polaridades dialéticas permitem afirmar que não se devem excluir da Hermenêutica as noções de intenção e diálogo, mas devem libertá-las da unilateralidade de um conceito não-dialético de discurso.

Se na Semântica a frase é a primeira e última instância, na Hermenêutica é o texto, sobretudo o literário, que merece maior atenção e requer um olhar especial à referência. Para Ricoeur, além da estrutura e do sentido da obra, é preciso interpretar o mundo, que é a sua denotação. A Hermenêutica é a teoria que ajusta a circulação da estrutura da obra para o seu mundo. A referência, que não se restringe à obra científica – como defende Frege⁸ –, atinge a obra literária e é delineada de um grau outro, diferente da linguagem corriqueira do discurso descritivo.

3. Hermenêutica e crítica literária: o intérprete Benedito Nunes

Especificamente na reflexão “O trabalho da interpretação e a figura do intérprete na literatura” (1986), Benedito Nunes centra a exposição na dimensão referencial da obra de ficção e de poesia, interessado que está em responder o problema, antes citado, da relação significativa interna da obra ao real.

O discurso tem a pretensão de representar o real; a escrita tenta distanciar-se dele ou desrealizá-lo. Pelo discurso, a linguagem projeta a forma de um mundo; pela escrita, a enunciação do discurso introduz-se no aspecto fictício de representação. Contudo, não há discurso “de tal forma fictício que não vá ao encontro da realidade, embora em outro nível, mais fundamental que aquele que atinge o discurso descritivo, constatativo, didático, que chamamos de linguagem ordinária”. (RICOEUR, 1990, p.56)

⁷ Cf. AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, 1975. e SEARLE, J.R. *Speech-acts, an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge V.P., 1970.

⁸ Cf. FREGE, G. *Écrits logiques et philosophiques*. Paris: Seuil, 1971.

É no jogo dialético entre discurso e escrita no processo de estruturação da obra, que os textos literários efetuam uma nova espécie de referencialidade capaz de apontar para o ser-no-mundo inscrito diante do texto.

Deste modo, interpretar uma obra é descortinar o mundo a que ela se refere, o mundo que se abre por meio da linguagem para os mecanismos gerais da existência humana, “tais como a tonalidade afetiva ou disposição anímica, a apropriação projetiva do mundo e a intersubjetividade”. (NUNES, 1986, p. 81)

Tais mecanismos possibilitam a circulação da vida cultural e histórica no texto; circulação de mundo projetado na obra, do qual o leitor interage, posto que o texto só se transforma em obra no intercâmbio com este.

Conclusão

Estas observações retomam o limiar da pergunta formulada no final do primeiro momento: como Nunes realiza a sua leitura hermenêutica? Realiza-a quando procura a verdade da obra⁹ impressa como ficção; quando examina seu *modus operandi*, o seu *como*, revelador dessa verdade.

Realiza-a quando traduz para o discurso reflexivo o discurso dos textos literários, os sinais de natureza humana que eles carregam, manifestações de nós próprios e do mundo.

Esta tradução transforma o hermeneuta em “copartícipe da criação poética e do conhecimento teórico, a meio caminho das ciências humanas e da poesia – se é que ele também não está entre a poesia e a filosofia”. (NUNES, 1986, p.81)

Poesia e Filosofia são os dois campos em que se move, como já se assinalou, a crítica literária de Benedito Nunes. Crítica esta que perfaz, pelo ensaio, pelo mergulho além da superfície textual, o caminho hermenêutico. Tal caminho aspira percorrer o duplo trabalho da hermenêutica pretendida por Ricoeur (1990, p.43): desdobrar a dinâmica interna do texto e restaurar o poder de a obra se projetar para fora na representação de um mundo habitado por nós.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud, Marx. In: *Cadernos de teoria e conhecimento I*. Portugal: Ed. Rés Limitada, 1975.

JAUSS, Hans Robert et al. *A literatura e o leitor*. Textos de Estética da Recepção. 2ª ed. Seleção, tradução e introdução de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

NUNES, Benedito. Meu caminho na Crítica. In: *Estudos avançados*, vol. 19, nº55, setembro-dezembro de 2005, p.289-305.

_____. Literatura e filosofia. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da Literatura em suas fontes*. vol. 1. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.199-219.

_____. *Hermenêutica e poesia – o pensamento poético*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *Crivo de papel*. São Paulo: Ática, 1998. (Série temas, v. 67. Filosofia e Literatura)

⁹ Cf. BENJAMIN, Walter. “Les affinités électives” de Goethe. In : *Oeuvres I – Mythe et violence*. Paris: Les Lettres Nouvelles, Denoël, 1971, p.161-260.

_____. O trabalho da interpretação e a figura do intérprete na literatura. In: PROENÇA FILHO, Domício (org). *Literatura Brasileira – ensaios, criação, interpretação e leitura do texto literário*. Vol.II. São Paulo, Norte, 1986, p.73-80.

RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação. O discurso e o excesso de significação*. Trad. Artur Morão. Lisboa, Edições 70, 2000.

_____. *Interpretação e ideologias*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

_____. *Do texto à ação - ensaios de hermenêutica II*. Trad. Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Portugal: Rés-Editora Ltda., 1989.